



Sr. Presidente, comunicamos, nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, composto pelas seguintes representações partidárias: Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Rede Sustentabilidade (Rede); Partido Popular Socialista (PPS); e Podemos (Pode).

Acrescentamos que caberá ao Senador João Capiberibe desempenhar a função de Líder do referido Bloco Parlamentar.

Atenciosamente, Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos; Senador Randolfe Rodrigues, Líder da Rede; Senadora Lídice da Mata, Líder do PSB; Senadora Vanessa Grazziotin, Líder do PCdoB; Senador Cristovam Buarque, Líder do PPS.

Enquanto convido já o Senador Reguffe para vir à tribuna, eu queria só alertar a todos os Senadores que hoje teremos votações importantes, claro, botando, primeiro, as medidas provisórias.

O Item 4 é discussão em turno único do Projeto de Lei nº 152, de 2015, que altera a Lei 10.826, para conceder porte de arma aos integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito, que estão aqui na galeria, lotando a galeria, já se manifestando que estão na expectativa.

Teremos também a segunda sessão de discussão e votação da Proposta de Emenda 14, do Senador Cássio Cunha Lima e outros Senadores, que cria as polícias penitenciárias federais, estaduais e distrital. Eu já falei antes e lembrei aqui que essa proposta foi votada por unanimidade, e a expectativa é grande que se vote também hoje.

E, por fim, há o Requerimento, Senador Reguffe, 793, que dá urgência – vou resumir aqui – para a questão de votação do projeto que vem da Câmara que interessa aos taxistas e ao sistema Uber.

É bom lembrar que tanto o sistema Uber como os taxistas – tivemos reunião ontem e hoje – estão pedindo que essa urgência não seja votada e que se discuta mais o projeto em questão.

Já falei com o Relator, o Senador Pedro Chaves, que também está aberto ao diálogo, a uma construção de um entendimento.

Senador Reguffe, com a palavra.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Senado Federal votou, na tarde noite de ontem, o projeto de lei que cria o fundo para as campanhas eleitorais.

Eu votei contra, na tarde noite de ontem, por considerar que as campanhas devem ser financiadas com doações de pessoas físicas e com limite, e não pegar recursos do contribuinte, que, na minha concepção, deveriam estar na saúde, na educação, para custear essas campanhas.

Agora se torna muito oportuno, Sr. Presidente, neste momento, fazer aqui uma discussão sobre o nosso sistema político, sobre o nosso sistema eleitoral vigente neste País.

Eu protocolei nesta Casa, na minha primeira semana como Senador, um conjunto de propostas de emenda à Constituição que mudariam a cara da política brasileira e a forma como se faz política neste País. Esse sistema que está aí não é bom para o cidadão. É um sistema em que o cidadão é dono do seu voto até o momento em que ele põe esse voto na urna. A partir daí, pode acontecer qualquer coisa com o voto dele, inclusive ser passado para uma pessoa que ele não gostaria de ver de jeito nenhum no Parlamento.

É bom um sistema desse? É bom um sistema que faz com que muitas pessoas que estão nos assistindo neste momento nas suas casas – e até gostam de política e têm vontade de dar uma contribuição, entrar para a política para dar uma contribuição –